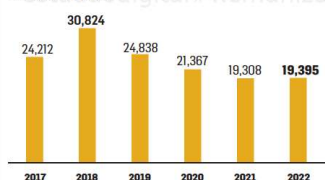


RAIO X DOS CACS

Verba do Exército para fiscalizar armas caiu 40% entre 2018 e 2022, enquanto número de CACs cresceu quase cinco vezes

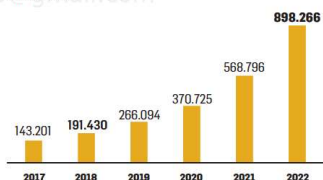
Total empenhado

EM MILHÕES DE REAIS



Número total de CR

EM UNIDADES



FONTE: AUDITORIA DO TCU / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

94 mortos compraram mais de 16 mil munições no governo Bolsonaro

Para TCU, há risco de uso inadequado de equipamentos e de desvios, com impacto na segurança; verba de fiscalização diminuiu

BRASILIA

Um total de 16.669 munições para armas de fogo em acervos de CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores) foi adquirido por 94 pessoas declaradas como mortas, entre 2019 e 2022. O dado foi obtido pela área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) em auditoria que aponta “sérias fragilidades” e “riscos à segurança pública” no controle de armas feito pelo Exército.

Diz o relatório sigiloso: “As situações evidenciam alto risco de fraude e outras condutas ilícitas na transação, seja do comprador – o qual pode ter apresentado documento falso ou comprado munição para arma sabidamente extraviada, por exemplo – seja do vendedor – o qual pode ter se omitido no dever de cobrar a apresentação da documentação ou, até mesmo, ter lançado uma venda no nome de outrem, por exemplo.” Procurado, o Exército informou ter se manifestado sobre o relatório no processo do TCU, mas se recusou a dar detalhes em razão do caráter sigiloso da ação.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foram afrouxados os critérios para acesso a armas. O governo emitiu decretos aumentando a quantidade de armas e munições que os CACs podiam adquirir por ano.

Um atirador podia obter até 60 armas, sendo 30 de uso restrito, como fuzis, e 180 mil munições. Os caçadores podiam comprar até 30 armas, sendo 15 fuzis, e 6 mil munições. Colecionadores não tinham limites, exceto o de cinco armas de cada tipo.

Parte dos decretos de Bolsonaro foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal e outra foi cancelada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A atual gestão quer transferir a tarefa de fiscalização de CACs para a Polícia Federal. A migração completa, porém, está prevista só para 2025.

ENDEREÇOS. Além da falta de controle sobre a ficha criminal

vieram a óbito é levantar as armas de fogo vinculadas a elas, pois são esses instrumentos que impactam diretamente a segurança pública se desviados ou mal-empregados”, ressalta.

A discrepância entre a condição de falecido e o status dos armamentos é justificada por dois fatores. O primeiro é o não cumprimento, pelo herdeiro, do dever de comunicar a morte ao Exército. O outro é a falta de proatividade dos militares em irem em busca de arsenais que ficam sem dono. “A autoridade militar também falha ao não acompanhar adequadamente essas lacunas de comunicação e, em especial, ao não adotar pos-



“O Exército quando aceitou participar das flexibilizações de regras (...) já sabia das fragilidades de seu sistema”

Bruno Langeani
Instituto Sou da Paz

dos CACs, o relatório do TCU obtido pelo Estadão aponta a falta de informações obrigatórias sobre os donos de armas, como o endereço profissional. Ele exibe um cenário ainda mais complexo envolvendo CACs falecidos. Os 11.912 que morreram entre 2019 e 2022 tinham 21.442 armas em seus nomes. O arsenal aparece no Sistema de Gerencial Militar de Armas (Sigma) com o “status ok”, ou seja, sem restrição específica.

Para o TCU, há risco de desvio e de uso inadequado dos equipamentos, com impacto na segurança pública. “Mais importante do que verificar as pessoas cadastradas no sistema que já

turmas mais ativas de fiscalização de acervos de proprietários possivelmente falecidos como, por exemplo, providenciar acordos para acesso a bancos de registro de óbitos com o objetivo de realizar cruzamentos com as bases de pessoas físicas do Sigma.”

QUEDA. Enquanto o número de CACs cresceu quase cinco vezes durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, a verba empenhada pelo Exército para fiscalizar as armas de fogo e os registros desses atiradores caiu 37% no mesmo período.

Auditoria mostra que o orçamento do Exército dedicado a registro e fiscalização de produ-



TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Em cinco anos, número de certificados de CACs cresceu 1067%

tos controlados passou de R\$ 30,8 milhões em 2018 para R\$ 19,4 milhões em 2022. O dado não considera a inflação registrada no período, o que tornaria a redução maior ainda.

Ao mesmo tempo, o número de Certificados de Registros (CRs) de CACs pulou de 191,4 mil para 898,3 mil no último ano do governo Bolsonaro, uma alta de 469%. “Nota-se, pois, um manifesto descompasso entre a evolução da concessão de registros para CACs e dos recursos aplicados ao SisFPC (Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados) para suportar suas atividades finalísticas.”

Em relação ao orçamento do Exército para fiscalizar armamentos, o TCU aponta ainda que houve uma queda do percentual de CACs vistoriados pela Força. Aos militares, cabe verificar a regularidade das armas e munições, averiguar a segurança do local onde estão armazenados e observar documentos que comprovem a transferência regular da arma para um terceiro.

Em 2018, apenas 6% dos CACs do País tiveram suas armas fiscalizadas. Essa taxa, que já era baixa, caiu ano após ano, chegando a 2,4% em 2022. “Como a quantidade de administrados mudou significativamente a partir de 2019, quase quintuplicando-se em quatro anos, a estrutura do SisFPC tinha de ser incrementada de modo compatível a essa demanda. Desse modo, ao contrário do ocorrido, eram de se esperar investimentos crescentes”, afirma o TCU.

A falta de capacidade para fiscalizar do Exército é acompanhada, ainda, da ausência de estudos sobre as alterações, promovidas pelo governo passado, das leis que regulam o acesso a armas de fogo. A Força informou ao TCU não ter produzido qualquer estudo, análise de impacto, nota técnica ou documento similar avaliando as possíveis consequências dos atos normativos de flexibilização.

“Alterações no desenho e na execução de uma política pública exigem estudos e monitora-

mento dos resultados e impactos – sobretudo quando essa política mexe com aspectos sensíveis da sociedade, como a segurança pública”, explicou o TCU.

A reportagem submeteu os dados descritos no texto a dois especialistas que pesquisam o acesso a armas de fogo por civis. A conclusão é a de que eles indicam problemas graves, de aval para armar pessoas com processos na Justiça a um despreparo do Exército na tarefa de reforçar a fiscalização de CACs no Brasil.

“O Exército quando aceitou participar das flexibilizações de regras no governo Bolsonaro já sabia das fragilidades de seu sistema e que as novas regras levariam a um aumento abrupto no número de pessoas registradas em seus sistemas. Mesmo as-

Discrepância
Total de CACs aumentou 469% no último ano da gestão, mas a verba para fiscalização diminuiu 37%

sim, não só não corrigiu falhas, como ainda reduziu os recursos necessários para fiscalização. Pessoas em cumprimento de pena, foragidas da justiça e até mortas conseguiram livremente comprar e manter armas ativas”, disse o gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani.

Policial federal e pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Roberto Uchoa afirma que o governo Bolsonaro atuou, ao mesmo tempo, para facilitar o acesso da população a grandes quantidades de armas e para reduzir a capacidade de fiscalização sobre esse mercado.

“Permitir que pessoas que respondiam a processos criminais e até mesmo tivessem sido condenadas por crimes como homicídios e tráfico de drogas é uma prova de que além da falta de orçamento não existia um procedimento mínimo de verificação e pesquisa de antecedentes criminais”, disse. A assessoria de Bolsonaro não comentou. ● TIAGOLORAN e VINÍCIUS VALFRE